

O DESEMPENHO DA REGIÃO CENTRO: UMA PERSPETIVA SEGUNDO O PIB E O ISDR

MARÇO 2019

O DESEMPENHO DA REGIÃO CENTRO: UMA PERSPETIVA SEGUNDO O PIB E O ISDR

Neste documento analisa-se o desempenho da Região Centro com base nos últimos resultados das Contas Regionais e do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). No que se refere às Contas Regionais, privilegiou-se o Produto Interno Bruto (PIB), indicador normalmente utilizado para avaliar o grau de desenvolvimento económico de um território. Relativamente ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), como utiliza uma visão multidimensional do desenvolvimento territorial, são analisadas as suas três componentes – competitividade, coesão e qualidade ambiental – bem como o respetivo índice global. Esta análise não pretende avaliar a convergência da região ou os níveis de competitividade e coesão do território, mas analisar o seu desempenho quando a perspetiva é mais focada na criação de riqueza ou quando a perspetiva é mais abrangente, introduzindo outras componentes relevantes para o desenvolvimento das regiões.

O desempenho da Região Centro segundo o Produto Interno Bruto

Em dezembro de 2018, foram publicados pelo INE os resultados das Contas Regionais de 2017, sistema que fornece, a par de outros indicadores económicos, estimativas do Produto Interno Bruto para as diversas regiões portuguesas desde 1995. O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador que sintetiza o resultado final da atividade produtiva de um território, correspondendo, de uma forma simples, à riqueza criada por um país/região, sendo usado para medir o seu desempenho económico e compará-lo com outros. É um indicador bastante utilizado, servindo de referência em diversos domínios, como o desenvolvimento económico (PIB por habitante), a produtividade (PIB por trabalhador), a internacionalização (peso das exportações ou importações no PIB), a sustentabilidade orçamental (dívida pública em percentagem do PIB) ou o investimento em investigação e desenvolvimento (despesa em investigação e desenvolvimento no PIB). Permite comparações, monitorizar processos de convergência/divergência económica, bem como servir de base para a conceção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Em 2017, o PIB da Região Centro ascendia a 36,8 mil milhões de euros, representando 18,9% do total de Portugal, o que colocava o Centro na terceira posição a nível nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte (figura 1). Face a 2016, o PIB regional registou um crescimento nominal de 4,0% e real de 2,5%, variações estas inferiores à média nacional (de 4,4% e 2,8%, respetivamente).

Quer em termos nominais, quer em termos reais, o PIB cresceu em todas as sub-regiões, destacando-se o Oeste, a Região de Leiria, Viseu Dão Lafões e o Médio Tejo com variações superiores às médias regional e nacional. O crescimento menos expressivo ocorreu na sub-região Beiras e Serra da Estrela, quer em termos nominais (2,4%), quer reais (0,9%).

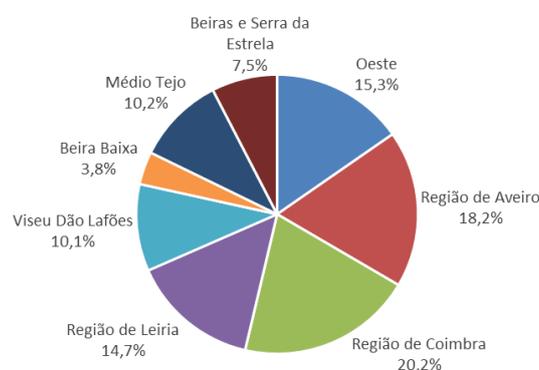
Figura 1 – PIB, 2017

	milhões de euros	%	variação nominal (%)	variação real (%)
Portugal	194.613	100,0	4,4	2,8
Norte	57.241	29,4	4,0	2,5
CENTRO	36.756	18,9	4,0	2,5
Oeste	5.618	2,9	4,8	3,3
Região de Aveiro	6.686	3,4	3,6	2,2
Região de Coimbra	7.417	3,8	3,6	2,0
Região de Leiria	5.418	2,8	4,6	3,0
Viseu Dão Lafões	3.705	1,9	4,6	3,2
Beira Baixa	1.397	0,7	2,9	2,1
Médio Tejo	3.743	1,9	4,5	3,0
Beiras e Serra da Estrela	2.772	1,4	2,4	0,9
Área Metropolitana de Lisboa	69.978	36,0	4,5	3,0
Alentejo	12.736	6,5	5,1	3,2
Algarve	9.015	4,6	6,0	3,5
Região Autónoma dos Açores	4.128	2,1	4,2	2,4
Região Autónoma da Madeira	4.608	2,4	4,7	3,1
Extra-regio	152	0,1	2,6	0,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Mais de dois terços (68,4%) da riqueza criada na Região Centro, em 2017, eram da responsabilidade das quatro sub-regiões do litoral (figura 2): Região de Coimbra (20,2%), Região de Aveiro (18,2%), Oeste (15,3%) e Região de Leiria (14,7%). As sub-regiões com menor peso relativo no PIB da Região Centro eram a Beira Baixa e as Beiras e Serra da Estrela, que geraram apenas 3,8% e 7,5%, respetivamente. Esta distribuição manteve-se face aos anos anteriores.

Figura 2 – Contributo das sub-regiões para o PIB da Região Centro (%), 2017

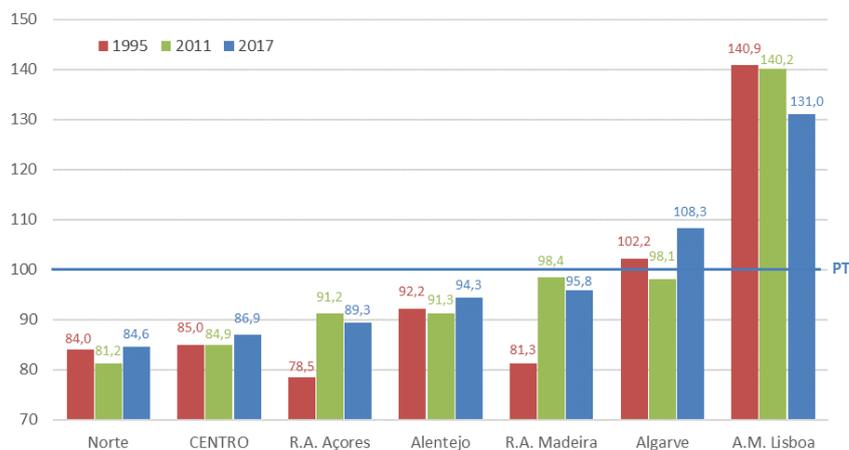


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Em 2017, o PIB por habitante da Região Centro aumentou para os 16.426 euros, representando 86,9% da média nacional (que era de 18.894 euros). Este valor posicionava a Região Centro no 6.º lugar da hierarquia nacional, depois da Região Norte que apresentou o pior desempenho relativo (figura 3). A Área Metropolitana de Lisboa ultrapassava significativamente a média nacional (131,0), seguindo-se o Algarve que, embora com menor expressão, também superava a média do país.

Sendo este indicador frequentemente utilizado para avaliar a coesão regional, podemos constatar que subsistem, em Portugal, importantes assimetrias regionais, dada a amplitude dos valores registados. No entanto, relativamente a 1995, verificou-se uma diminuição dessas assimetrias, uma vez que se reduziu a diferença entre o maior e o menor valor do PIB por habitante. No caso da Região Centro, comparativamente a 1995, apesar do PIB por habitante se ter aproximado da média nacional (de 85,0% para 86,9%), o posicionamento da região piorou, dado que deixou de ocupar o 4.º lugar da hierarquia nacional, passando para a penúltima posição. Relativamente à média dos 28 países da União Europeia, o PIB por habitante da Região Centro, em 2017, correspondia a 66,6% da média europeia (sendo, em 1995, de 67,6%).

Figura 3 – Disparidade regional do PIB por habitante, 1995, 2011 e 2017



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Considerando as sub-regiões do Centro (figura 4), verifica-se que, em 2017, nenhuma superou a média nacional ou europeia, encontrando-se, no entanto, a Região de Leiria marginalmente abaixo da média nacional (99,9), ocupando a 4.ª posição na ordenação nacional. Esta sub-região, juntamente com a Região de Aveiro, Beira Baixa e Região de Coimbra, superavam, ainda assim, a média da Região Centro, formando o grupo das sub-regiões com melhor desempenho em termos do PIB por habitante. As restantes sub-regiões posicionavam-se tanto abaixo da média nacional, como da regional. As Beiras e Serra da Estrela eram o território do Centro que gerava menos riqueza por habitante, apresentando um índice de 67,4 face à média nacional (que a posiciona na antepenúltima posição da hierarquia nacional) e de cerca de metade da média europeia (51,7).

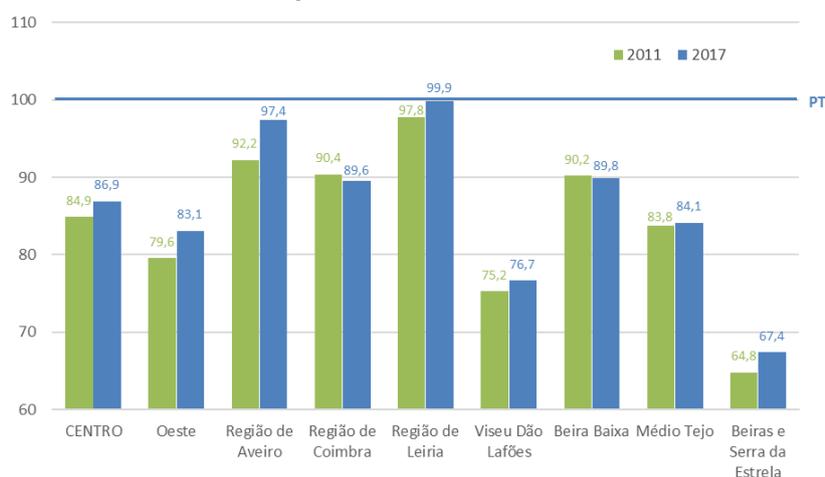
Figura 4 – PIB por habitante por sub-regiões da Região Centro, 2017

	euros	PT=100	UE28=100
Portugal	18.894	100,0	76,6
Região de Leiria	18.874	99,9	76,5
Região de Aveiro	18.398	97,4	74,6
Beira Baixa	16.975	89,8	68,8
Região de Coimbra	16.926	89,6	68,6
CENTRO	16.426	86,9	66,6
Médio Tejo	15.896	84,1	64,5
Oeste	15.698	83,1	63,7
Viseu Dão Lafões	14.487	76,7	58,7
Beiras e Serra da Estrela	12.740	67,4	51,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Avaliando o desempenho do PIB por habitante das sub-regiões relativamente a 2011 (figura 5), verifica-se que apenas a Região de Coimbra e a Beira Baixa divergiram da média nacional, enquanto as restantes sub-regiões convergiram.

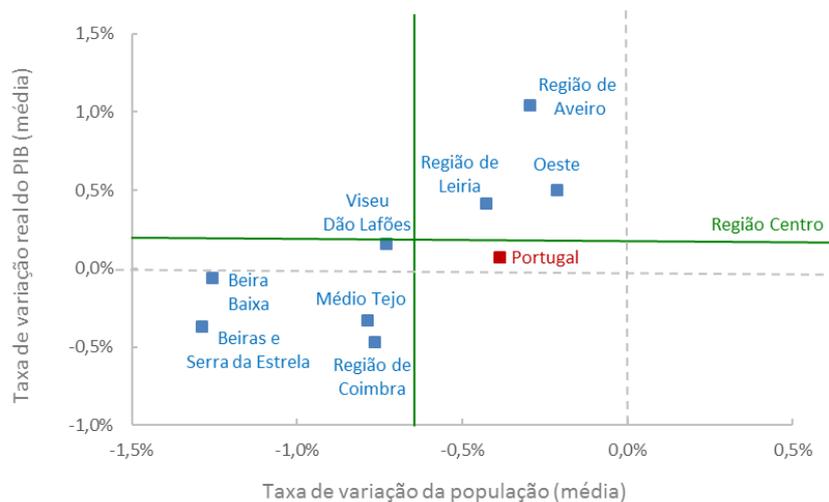
Figura 5 – Disparidade por sub-regiões da Região Centro do PIB por habitante, 2011 e 2017



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A evolução real do PIB e a dinâmica demográfica nestes territórios ajudam a perceber estas dinâmicas (figura 6). Uma vez que todas as regiões apresentaram perdas populacionais, este fenómeno só por si conduziria a uma trajetória convergente do PIB por habitante. No caso da Região de Aveiro, Oeste, Região de Leiria e Viseu Dão Lafões, o referido efeito foi reforçado pela existência de um acréscimo real de riqueza. Simultaneamente, estes territórios foram os que apresentaram menores perdas populacionais. Nas restantes sub-regiões, em termos médios, ocorreu uma redução real do PIB, correspondendo estes territórios aos que apresentaram maiores perdas populacionais, acima da média regional. No entanto, enquanto no Médio Tejo e Beiras e Serra da Estrela, em termos médios, o efeito do decréscimo populacional terá compensado a redução real do PIB, conduzindo a uma trajetória convergente do PIB por habitante, no caso da Região de Coimbra e da Beira Baixa, isso não terá acontecido e o PIB por habitante acabou mesmo por divergir da média nacional.

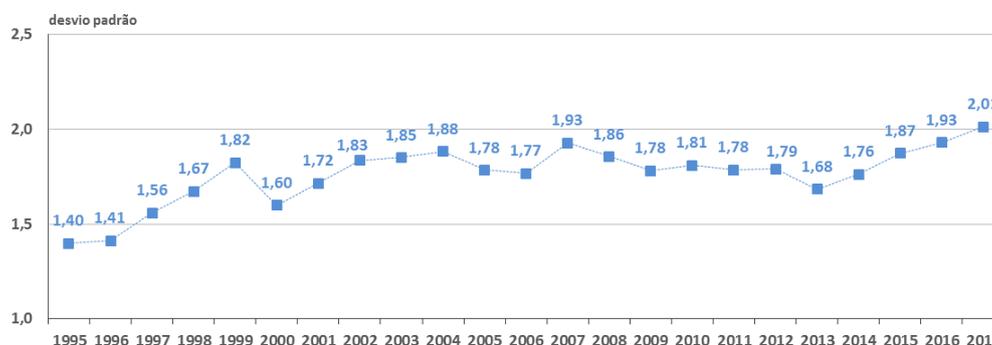
Figura 6 – Variação real do PIB e variação populacional entre 2011 e 2017



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Analisando ainda o diferencial registado, em 2017, entre os índices máximo e mínimo do PIB por habitante das sub-regiões do Centro, de 32,5 pontos percentuais, na comparação da Região de Leiria com as Beiras e Serra da Estrela, verifica-se que a Região Centro evidencia assimetrias territoriais relevantes. E não só estas disparidades intrarregionais são significativas, como se têm vindo a acentuar nos últimos anos. De facto, analisando a evolução da coesão territorial da região, medida pelo desvio padrão do PIB por habitante das sub-regiões ao longo do tempo (figura 7), verifica-se um aumento das assimetrias territoriais, mais acentuado a partir de 2014, tendo o valor máximo sido atingido em 2017. Pode-se, assim, concluir que o grau de coesão interna tem vindo a diminuir.

Figura 7 – Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro, 1995 a 2017



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

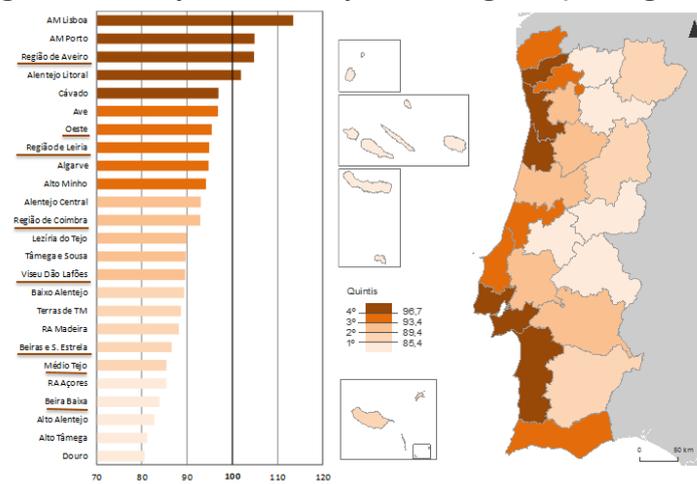
O desempenho da Região Centro segundo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

O INE divulgou, em junho de 2018, os resultados de 2016 do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR), indicador compósito de monitorização do desenvolvimento territorial, construído com base em três dimensões fundamentais: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Cada dimensão é apresentada num índice, que tem a função de agregar diferentes indicadores, permitindo quantificar e comparar as disparidades regionais. O ISDR global funciona como um agregador destes índices parciais, refletindo o desempenho das regiões no conjunto das três componentes. Como já referido, este indicador compósito permite uma análise multidimensional e mais integrada do desenvolvimento regional.

Segundo o INE, o índice de *competitividade* pretende captar o potencial de competitividade (em termos de recursos humanos e de infraestruturas físicas) de cada região, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, ainda, a eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional. Nesta edição, na competitividade, a Região Centro passou da 3.ª para a 4.ª posição a nível nacional, com um índice de 93,27, atrás da Área Metropolitana de Lisboa (a única acima da média nacional), da Região Norte e do Algarve.

Em termos sub-regionais, a Região de Aveiro continuava a ser o único território do Centro com desempenho acima da média nacional (104,72), assumindo a 3.ª posição no total das 25 sub-regiões portuguesas (figura 8). Seguiu-se o Oeste, no 7.º lugar (95,33), e a Região de Leiria, no 8.º lugar (94,78). A Beira Baixa apresentava o índice de competitividade menos elevado da região (83,82), traduzindo-se na 22.ª posição do ranking nacional. Neste contexto da competitividade, são evidentes, no continente, as disparidades territoriais entre litoral e interior, com as sub-regiões do interior a apresentarem índices mais reduzidos do que as do litoral. Aliás, entre as três componentes do desenvolvimento regional, a competitividade é a que apresenta o índice com maior coeficiente de variação, confirmando as elevadas assimetrias regionais.

Figura 8 – Competitividade por sub-regiões (Portugal = 100), 2016

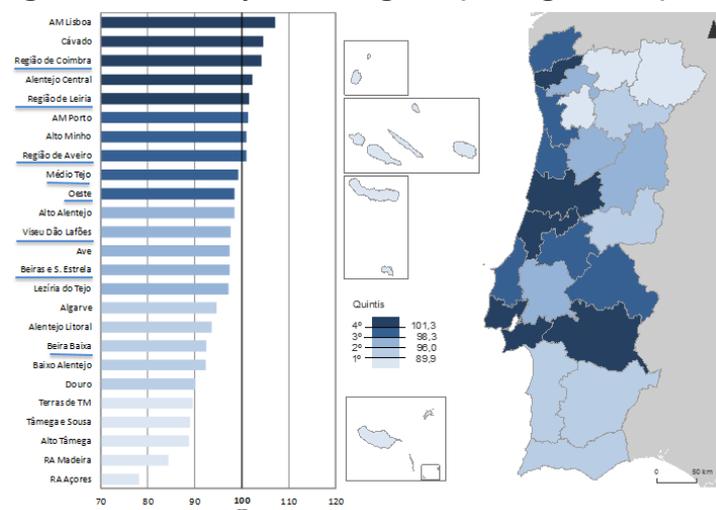


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O índice de *coesão* procura refletir, de acordo com o INE, o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a uma maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais. Nesta componente, a Área Metropolitana de Lisboa ocupava o 1.º lugar, sendo a única região acima da média nacional. A Região Centro manteve a 2.ª posição na hierarquia nacional, mas apresentou um índice que, pela primeira vez desde o início desta série, não ultrapassou a média do país (99,96). De facto, desde 2011 que a Região Centro apresentava, de forma sistemática, um índice de coesão superior à média de Portugal, sendo, no entanto, visível um afastamento cada vez maior face ao índice nacional e face ao índice da região mais bem posicionada (enquanto o diferencial face à Área Metropolitana de Lisboa, em 2011, era de 4,5 pontos percentuais, em 2016, atingiu os 7 pontos percentuais).

Em relação às sub-regiões do Centro (figura 9), encontrávamos, acima da média nacional, a Região de Coimbra (na 3.ª posição do ranking, com um índice de 104,13), a Região de Leiria (na 5.ª posição, com 101,44) e a Região de Aveiro (na 8.ª posição, com 100,92). Logo de seguida, mas já abaixo da média nacional, surgia o Médio Tejo (9.ª), o Oeste (10.ª), Viseu Dão Lafões (12.ª) e as Beiras e Serra da Estrela (14.ª). A Beira Baixa apresentava o índice de coesão mais baixo da Região Centro (92,34), ocupando o 18.º lugar. Esta componente era a que evidenciava, na região, menores disparidades territoriais, refletindo um espaço mais equilibrado do ponto de vista da coesão, onde as sub-regiões da Região Centro se destacaram com bons desempenhos.

Figura 9 – Coesão por sub-regiões (Portugal = 100), 2016



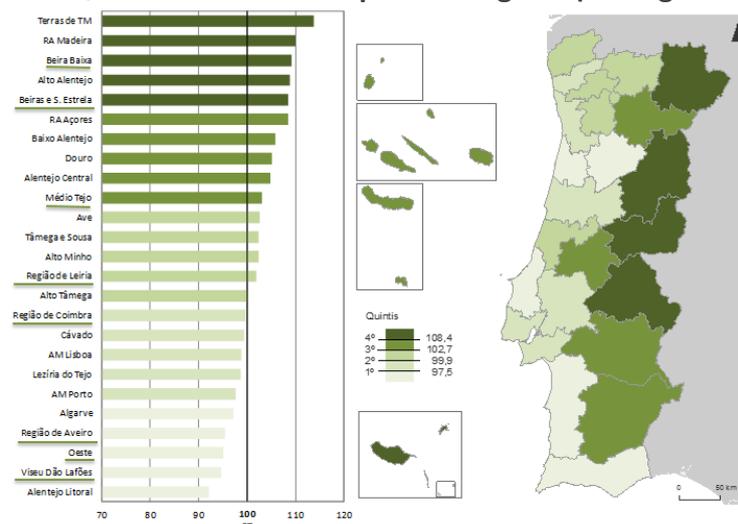
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O índice da *qualidade ambiental* está associado às pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente (numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território), mas também aos respetivos efeitos sobre o estado ambiental e às consequentes respostas económicas e sociais em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas, segundo o INE. Nesta edição, a Região Centro melhorou o seu desempenho ambiental, passando a ocupar a 5.ª posição a nível nacional, com um índice de 99,44 (na edição anterior ocupava o 6.º lugar). A

penúltima posição era ocupada pela Área Metropolitana de Lisboa e, o último lugar, pelo Algarve.

Em termos sub-regionais, esta componente é a que apresenta mais sub-regiões acima da média nacional, 15 das 25 sub-regiões portuguesas (figura 10), encontrando-se neste conjunto apenas quatro territórios do Centro: Beira Baixa (109,02), Beiras e Serra da Estrela (108,40), Médio Tejo (102,93) e Região de Leiria (101,78). De salientar que a Beira Baixa ocupava a 3.ª posição na ordenação nacional e as Beiras e Serra da Estrela a 5.ª. Apesar destes bons resultados, três das quatro sub-regiões portuguesas com piores desempenhos na qualidade ambiental eram também da Região Centro: Viseu Dão Lafões (24.ª posição), Oeste (23.ª posição) e Região de Aveiro (22.ª posição). Estes resultados refletem um retrato territorial tendencialmente simétrico ao da competitividade, verificando-se uma concentração de sub-regiões com índices de qualidade ambiental mais elevados no interior continental, sugerindo um aumento progressivo da qualidade ambiental do litoral para o interior continental. Adicionalmente, e também por oposição à competitividade, esta componente é a que apresenta uma menor disparidade inter-regional, pois, dos três índices, é o que apresenta menor coeficiente de variação. A menor disparidade na qualidade ambiental em contraponto com a maior disparidade na competitividade tem sido verificada, de forma sistemática, desde 2011.

Figura 10 – Qualidade Ambiental por sub-regiões (Portugal = 100), 2016



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

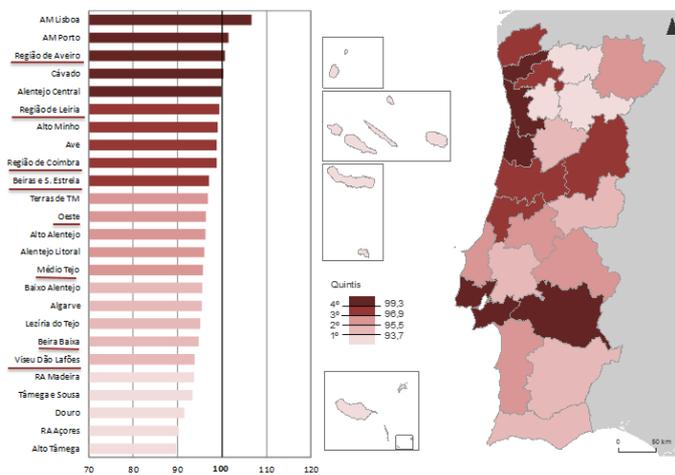
Os resultados globais do ISDR decorrem do desempenho dos territórios nas três componentes analisadas, permitindo, assim, uma análise integrada do desenvolvimento regional. Assim, nesta edição, a Região Centro manteve-se como a 3.ª região mais desenvolvida do país, com um índice global de 97,46 (figura 11). Não superando a média nacional em nenhuma das componentes, foi na dimensão da coesão onde mais se aproximou e na competitividade onde mais se afastou. A Área Metropolitana de Lisboa liderava este indicador (sendo a única acima da média nacional), assumindo a Região Norte a 2.ª posição. Já a Região Autónoma dos Açores era a menos desenvolvida do país.

Figura 11 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 2016

	Índice global	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	98,83	98,06	98,40	100,13
Centro	97,46	93,27	99,96	99,44
Oeste	96,26	95,33	98,36	95,06
Região de Aveiro	100,49	104,72	100,92	95,33
Região de Coimbra	98,74	92,78	104,13	99,61
Região de Leiria	99,22	94,78	101,44	101,78
Viseu Dão Lafões	93,74	89,46	97,49	94,48
Beira Baixa	94,62	83,82	92,34	109,02
Médio Tejo	95,53	85,36	99,16	102,93
Beiras e Serra da Estrela	97,01	86,42	97,33	108,40
Área Metropolitana de Lisboa	106,59	113,34	106,98	98,69
Alentejo	96,40	90,91	97,09	101,74
Algarve	95,36	94,61	94,52	97,09
Região Autónoma dos Açores	90,15	85,30	78,11	108,33
Região Autónoma da Madeira	93,64	88,03	84,28	109,82

Quanto às sub-regiões (figura 12), a Região de Aveiro ocupava o 3.º lugar do ranking nacional (100,49), que era liderado pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Conjuntamente com o Cávado, estas quatro sub-regiões eram as únicas a superar a média nacional. Este desempenho da Região de Aveiro foi favorecido pela componente da competitividade e da coesão, mas penalizado pela dimensão ambiental (em que ficou abaixo da média nacional). A Região de Leiria ocupava a 6.ª posição (99,22), com desempenhos acima da média nacional na coesão e na qualidade ambiental. Seguia-se a Região de Coimbra (98,74), na 9.ª posição, e as Beiras e Serra da Estrela (97,01), na 10.ª posição. Já Viseu Dão Lafões era a sub-região da Região Centro pior classificada (93,74), ocupando o 20.º lugar nacional, não atingindo a média do país em nenhuma das componentes do ISDR. De um modo geral, podemos concluir que, na Região Centro, as sub-regiões revelaram piores desempenhos na dimensão da competitividade (com exceção da Região de Aveiro e do Oeste, onde o pior desempenho foi na qualidade ambiental), enquanto os melhores desempenhos ocorreram na coesão ou na qualidade ambiental (apenas a Região de Aveiro obteve o melhor índice na competitividade). Estes comportamentos sub-regionais diferenciados entre as três componentes confirmam, tal como referido pelo INE, a heterogeneidade dos perfis de cada território.

Figura 12 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional por sub-regiões (Portugal = 100), 2016



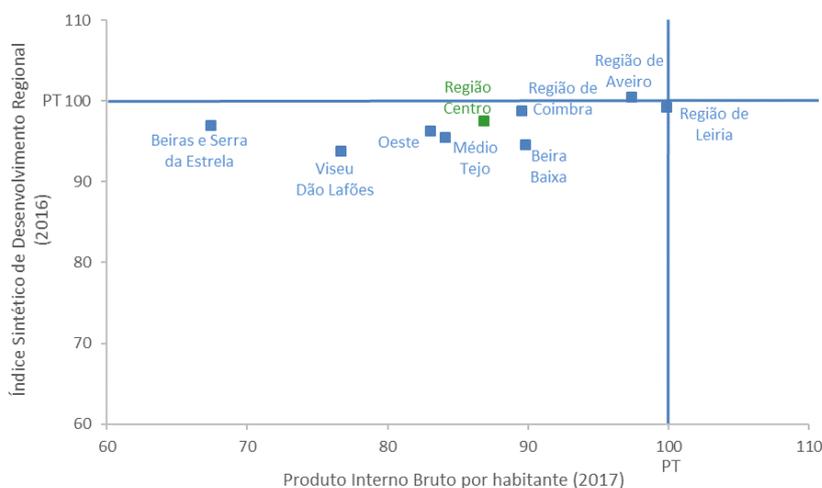
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O desempenho comparativo da Região Centro nos indicadores analisados

Ao comparar o desempenho da Região Centro e das suas sub-regiões em termos do PIB por habitante e do ISDR, como seria expectável, verifica-se que nem sempre os territórios apresentam o nível de desenvolvimento que a sua riqueza por habitante sugere (figura 13). Uma vez que o ISDR privilegia um conceito alargado de desenvolvimento regional, integrando o PIB por habitante os 65 indicadores utilizados no seu cálculo (fazendo parte da componente da competitividade), os seus resultados traduzem muitas outras realidades para além do rendimento.

Deste modo, verificava-se que o posicionamento da Região Centro no ISDR superava o do PIB por habitante, ficando a região mais beneficiada quando se considera o desenvolvimento regional numa perspetiva mais complexa e multidimensional. Este comportamento não é de estranhar, uma vez que a dimensão que mais penalizou a Região Centro no ISDR foi a da competitividade (para a qual contribui o PIB por habitante). Do mesmo modo e com exceção da Região de Leiria, todas as restantes sub-regiões também apresentavam este cenário. A Região de Leiria foi a única em que o desempenho traduzido pelo ISDR não superava o do seu PIB por habitante (que era o mais elevado da Região Centro).

Figura 13 – Relação entre o Produto Interno Bruto por habitante e o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Portugal = 100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Apesar do desenvolvimento de uma região, ser expresso, regra geral, através do seu PIB, existe um consenso cada vez mais generalizado de que este indicador é claramente insuficiente para medir este fenómeno tão complexo, sendo recomendável usar outras medidas complementares (que tenham em consideração questões sociais e ambientais, de sustentabilidade, de qualidade de vida e cidadania, entre outras) para captar de forma mais adequada a realidade. Esta problemática está, aliás, em discussão na Comissão Europeia, no âmbito do debate sobre o futuro da Política de Coesão, que atualmente utiliza o PIB por habitante como critério preponderante para afetação dos fundos pelas regiões.

No caso concreto da Região Centro, nos últimos anos, tem-se assistido a um trajeto muito positivo, com destaque para a evolução do mercado de trabalho, da atividade turística, do setor empresarial, da internacionalização e do aproveitamento dos recursos endógenos. Os principais *drivers* de crescimento económico têm também evidenciado uma evolução muito favorável, como é o caso das exportações (com ganhos evidentes de competitividade externa) e do investimento em I&D e em inovação. A região construiu um ecossistema de inovação sólido e que continua em franco desenvolvimento, tendo havido um importante esforço de modernização das infraestruturas científicas e tecnológicas, a par de um importante investimento em competências e capital humano. No entanto, e como se verificou, o PIB per capita é insuficiente para medir esta evolução, dando maior ênfase aos problemas que persistem na região ligados ao seu perfil de especialização e à baixa produtividade dos setores em que estamos especializados, não captando o esforço que se está a fazer de promoção da alteração dos padrões de especialização da região, processo longo e de resultados não imediatos. Simultaneamente, apenas uma análise multidimensional permite captar a evolução regional da coesão, da qualidade de vida ou da sustentabilidade dos recursos.

Os indicadores analisados podem ser consultados na plataforma “**DataCentro – Informação para a Região**” em <http://datacentro.ccdrc.pt>.

Março de 2019